

Instituto Nacional do Seguro Social INSS



Concurso Público Nível Superior

ANALISTA DO SEGURO SOCIAL COM FORMAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL

Caderno **J**

Cargo

8

Aplicação: 16/3/2008

MANHÃ

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo do caderno — **Caderno J** — coincide com o que está registrado em sua folha de respostas e no rodapé de cada página numerada deste caderno. Em seguida, verifique se ele contém **cento e cinquenta itens**, correspondentes às provas objetivas, corretamente ordenados de **1 a 150**. Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, ou haja discordância quanto ao tipo de caderno, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A saúde é direito de todos e dever do Estado.
- 3 Não utilize lápis, lapiseira (grafite), borracha e(ou) qualquer material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE/UnB.
- 4 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 5 Recomenda-se não marcar ao acaso: cada item cuja resposta diverja do gabarito oficial definitivo receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 6 A duração das provas é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, **uma hora** após o início das provas e poderá levar este caderno de provas somente no decurso dos últimos **quinze minutos** anteriores ao horário determinado para o término das provas.
- 8 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

AGENDA (datas prováveis)

- I **17/3/2008**, após as 19 h (horário de Brasília) — Divulgação dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas: Internet — www.cespe.unb.br/concursos/inss2007.
- II **18 e 19/3/2008** — Recursos (gabaritos das provas objetivas): exclusivamente no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet, mediante instruções e formulários que estarão disponíveis nesse sistema.
- III **4/4/2008** — Divulgação do resultado final do concurso: www.cespe.unb.br/concursos/inss2007 e Diário Oficial da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1 - INSS, de 26 de dezembro de 2007.

Informações adicionais:

- Telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br/concursos/inss2007.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens de 1 a 150 se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **Noções de Informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, que o *mouse* está configurado para pessoas destras e que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Tempo livre

1 A questão do tempo livre — o que as pessoas fazem com ele, que chances eventualmente oferece
o seu desenvolvimento — não pode ser formulada em generalidade abstrata. A expressão, de origem recente
— aliás, antes se dizia ócio, e este era privilégio de uma vida folgada e, portanto, algo qualitativamente
4 distinto e muito mais grato —, opõe-se a outra: à de tempo não-livre, aquele que é preenchido pelo trabalho
e, poderíamos acrescentar, na verdade, determinado de fora.

O tempo livre é acorrentado ao seu oposto. Essa oposição, a relação em que ela se apresenta,
7 imprime-lhe traços essenciais. Além do mais, muito mais fundamentalmente, o tempo livre dependerá da
situação geral da sociedade. Mas esta, agora como antes, mantém as pessoas sob um fascínio. Decerto, não
se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus papéis sociais. Em uma época de
10 integração social sem precedentes, fica difícil estabelecer, de forma geral, o que resta nas pessoas, além do
determinado pelas funções. Isso pesa muito sobre a questão do tempo livre. Mesmo onde o encantamento
se atenua e as pessoas estão ao menos subjetivamente convictas de que agem por vontade própria, isso ainda
13 significa que essa vontade é modelada por aquilo de que desejam estar livres fora do horário de trabalho.

A indagação adequada ao fenômeno do tempo livre seria, hoje, esta: “Com o aumento da
produtividade no trabalho, mas persistindo as condições de não-liberdade, isto é, sob relações de produção
16 em que as pessoas nascem inseridas e que, hoje como antes, lhes prescrevem as regras de sua existência, o
que ocorre com o tempo livre?” Se se cuidasse de responder à questão sem asserções ideológicas,
tornar-se-ia imperiosa a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito,
19 tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade, tão desconhecida da maioria das pessoas
não-livres como a sua não-liberdade em si mesma.

T. W. Adorno. **Palavras e sinais, modelos críticos 2**. Maria Helena Ruschel (Trad.). Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70-82 (com adaptações).

Considerando os sentidos e aspectos lingüísticos do texto acima, julgue os próximos itens.

- 1 Como, de acordo com o texto, as características essenciais ao “tempo livre” se baseiam na oposição entre este e o “tempo não-livre”, é correto concluir que as formas de uso do “tempo livre” serão as mesmas em qualquer época.
- 2 Conclui-se da leitura do texto que tanto o “tempo não-livre” quanto o “tempo livre” são condicionados pela sociedade.
- 3 Do primeiro parágrafo do texto, depreende-se que a idéia de tempo livre, isto é, a de tempo não ocupado pelo trabalho, não é nova.
- 4 Nas linhas de 1 a 6, nos trechos em que se afirma que “tempo livre” opõe-se a “tempo não-livre” e que “tempo livre é acorrentado ao seu oposto”, a justaposição de idéias contrárias entre si fragiliza a coerência textual e impossibilita a definição do conceito de “tempo livre”.
- 5 Na linha 11, o termo “encantamento” faz referência ao poder exercido pela sociedade sobre as pessoas.
- 6 A diferença existente entre “tempo livre” e “tempo não-livre” é a mesma que distingue as pessoas que estão “convictas de que agem por vontade própria” (ℓ.12) daquelas “pessoas não-livres” (ℓ.19-20) que desconhecem a “sua não-liberdade em si mesma” (ℓ.20).

Em busca do tempo (livre) perdido

- 1 Tempo é sinônimo de dinheiro desde que a
Revolução Industrial mudou para sempre os meios de
produção. O resultado acabou sendo, de certa forma, nefasto
4 para o trabalhador. Hoje se passam horas demais no ambiente
de trabalho e horas de menos com a família. Até as férias
foram minguando. “O excesso de trabalho é um fenômeno
7 global. O mercado global e a tecnologia de comunicação
instantânea fizeram do trabalhador um escravo do relógio.
E nós nos tornamos escravos dessa tecnologia. É importante
10 colocar limites, caso contrário, o trabalho dominará nossas
vidas”, diz Joe Robinson, autor do livro **Trabalhar para
Viver**. Em todo o mundo, uma série de organizações tem
13 buscado colocar a redução e a flexibilização do horário de
trabalho e o aumento do período de férias na pauta política de
seus países. “Nos Estados Unidos, temos as menores férias do
16 mundo industrializado: 8,1 dias depois de um ano de trabalho
e 10 dias depois de três anos”, acrescenta Robinson.

Galileu, out./2005 (com adaptações).

Considerando o desenvolvimento das idéias e as estruturas
lingüísticas do texto acima, julgue os itens a seguir.

- 7 Na oração “O resultado acabou sendo, de certa forma, nefasto
para o trabalhador” (ℓ.3-4), a retirada da expressão “para o
trabalhador”, que complementa o vocábulo “nefasto”, não
alteraria as relações semânticas do texto, visto que o emprego
desse vocábulo é suficiente para que se compreendam as
informações relativas ao “resultado” referido no trecho.
- 8 Considerando-se que uma das funções semânticas do verbo
ser é explicitar uma relação de igualdade entre termos, a
oração “O excesso de trabalho é um fenômeno global” (ℓ.6-7)
poderia, preservando-se as relações significativas, a coerência
da argumentação e a correção gramatical do texto, ser reescrita
da seguinte forma: O fenômeno global é excesso de trabalho.
- 9 No desenvolvimento da argumentação, o emprego de “Até”
(ℓ.5) enfatiza que o tempo para outras atividades, além das
citadas, foi diminuindo, exceto o tempo para o trabalho.

A respeito da redação de correspondências oficiais, julgue o
próximo item.

- 10 Caso uma servidora pública aposentada pretenda ingressar
com requerimento de revisão do processo de sua
aposentadoria no departamento de recursos humanos do órgão
em que trabalhou e, por estar impossibilitada de fazê-lo
pessoalmente, queira nomear pessoa de sua confiança para
representá-la, junto àquele departamento, nos atos que se
façam necessários à referida solicitação, a servidora deverá
redigir uma declaração, nomeando a pessoa escolhida, para
que esta possa representá-la nos citados atos.

Com base na Lei n.º 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

- 11 É vedado a chefe de repartição pública, em qualquer
situação, cometer a outro servidor atribuições estranhas
ao cargo que ocupa.
- 12 De acordo com essa lei, é vedado ao servidor público
recusar fé a documento público.
- 13 Prescreve em dois anos a ação disciplinar de suspensão,
contados a partir da data em que o fato se tornou
conhecido.
- 14 Se, depois de aprovado em concurso público, um cidadão
for nomeado para cargo no serviço público e falecer antes
de tomar posse, sua esposa terá direito a pensão junto ao
INSS, direito este que, na situação considerada,
consubstancia-se independentemente da posse.
- 15 Considere que Esmeralda, servidora pública, que solicitou
licença não-remunerada para cuidar de sua mãe enferma,
permaneceu nessa condição por cerca de um ano.
Posteriormente, ao retirar sua certidão de tempo de serviço,
observou que o referido período de licença não havia sido
contabilizado e entrou com um pedido de revisão. Nessa
situação, o pedido de Esmeralda deverá ser negado, pois
licença para tratamento de saúde de pessoa da família do
servidor somente é contada para efeito de aposentadoria se
for remunerada.

Texto para os itens de 16 a 20

Proposições são sentenças que podem ser julgadas
como verdadeiras — V — ou falsas — F —, mas não como
ambas. Se P e Q são proposições, então a proposição “Se P
então Q”, denotada por $P \rightarrow Q$, terá valor lógico F quando P for
V e Q for F, e, nos demais casos, será V. Uma expressão da
forma $\neg P$, a negação da proposição P, terá valores lógicos
contrários aos de P. $P \vee Q$, lida como “P ou Q”, terá valor lógico
F quando P e Q forem, ambas, F; nos demais casos, será V.

Considere as proposições simples e compostas apresentadas
abaixo, denotadas por A, B e C, que podem ou não estar de
acordo com o artigo 5.º da Constituição Federal.

- A: A prática do racismo é crime afiançável.
- B: A defesa do consumidor deve ser promovida pelo
Estado.
- C: Todo cidadão estrangeiro que cometer crime político
em território brasileiro será extraditado.

De acordo com as valorações V ou F atribuídas corretamente às
proposições A, B e C, a partir da Constituição Federal, julgue
os itens a seguir.

- 16 Para a simbolização apresentada acima e seus
correspondentes valores lógicos, a proposição $B \rightarrow C$ é V.
- 17 De acordo com a notação apresentada acima, é correto
afirmar que a proposição $(\neg A) \vee (\neg C)$ tem valor lógico F.

Roberta, Rejane e Renata são servidoras de um mesmo órgão público do Poder Executivo Federal. Em um treinamento, ao lidar com certa situação, observou-se que cada uma delas tomou uma das seguintes atitudes:

- A_1 : deixou de utilizar avanços técnicos e científicos que estavam ao seu alcance;
- A_2 : alterou texto de documento oficial que deveria apenas ser encaminhado para providências;
- A_3 : buscou evitar situações procrastinatórias.

Cada uma dessas atitudes, que pode ou não estar de acordo com o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (CEP), foi tomada por exatamente uma das servidoras. Além disso, sabe-se que a servidora Renata tomou a atitude A_3 e que a servidora Roberta não tomou a atitude A_1 . Essas informações estão contempladas na tabela a seguir, em que cada célula, correspondente ao cruzamento de uma linha com uma coluna, foi preenchida com V (verdadeiro) no caso de a servidora listada na linha ter tomado a atitude representada na coluna, ou com F (falso), caso contrário.

	A_1	A_2	A_3
Roberta	F		
Rejane			
Renata			V

Com base nessas informações, julgue os itens seguintes.

- 18 A atitude adotada por Roberta ao lidar com documento oficial fere o CEP.
- 19 A atitude adotada por Rejane está de acordo com o CEP e é especialmente adequada diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços.
- 20 Se P for a proposição “Rejane alterou texto de documento oficial que deveria apenas ser encaminhado para providências” e Q for a proposição “Renata buscou evitar situações procrastinatórias”, então a proposição $P \rightarrow Q$ tem valor lógico V.

Acerca do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, julgue os próximos itens.

- 21 O código de ética se caracteriza como decreto autônomo no que concerne à lealdade à instituição a que o indivíduo serve.
- 22 Órgãos que exercem atribuições delegadas do poder público devem criar comissões de ética.
- 23 Age de modo equivocado o servidor público que, ao reunir documentos para fundamentar seu pedido de promoção, solicita a seu chefe uma declaração que ateste a lisura de sua conduta profissional. O equívoco refere-se ao fato de que, nessa situação, o pedido deveria ser feito não ao chefe, mas à comissão de ética, que tem a incumbência de fornecer registros acerca da conduta ética de servidor para instruir sua promoção.
- 24 Na estrutura da administração, os integrantes de comissão de ética pública têm cargo equivalente ao de ministro de Estado no que se refere a hierarquia e remuneração.
- 25 Caso um servidor público tenha cometido pequenos deslizes de conduta comprovados por comissão de sindicância que recomende a pena de censura, o relatório da comissão de sindicância deve ser encaminhado para a comissão de ética, pois é esta que tem competência para aplicar tal pena ao servidor.

Em relação à seguridade social brasileira, sua organização e seus princípios, julgue os seguintes itens.

- 26 A importância da proteção social justifica a ampla diversidade da base de financiamento da seguridade social. Com o objetivo de expandir ou de garantir a seguridade social, a lei poderá instituir outras fontes de financiamento, de acordo com o texto constitucional.
- 27 O princípio da distributividade na prestação de benefícios e serviços tem sua expressão maior na área de saúde, dado o amplo alcance conferido pela intensa utilização do Sistema Único de Saúde.
- 28 As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, que constitui um sistema único, organizado de acordo com as diretrizes de descentralização, atendimento integral e participação da comunidade.
- 29 De acordo com o princípio da uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, uma das condições para a aposentadoria por idade do trabalhador rural é a exigência de que atinja 65 anos de idade, se homem, ou 60 anos de idade, se mulher.

Julgue os itens a seguir, relacionados à seguridade social brasileira, suas perspectivas e desafios.

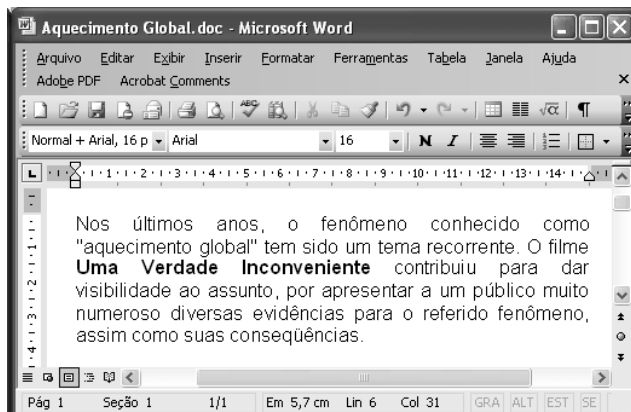
- 30 Uma das causas da rápida alteração do perfil demográfico brasileiro é a melhoria das condições de saúde e dos índices de qualidade de vida, assim como a diminuição da mortalidade infantil, o que determina maior longevidade. Esses fatores não influenciam o sistema previdenciário brasileiro, haja vista sua organização em um sistema solidário, embasado em regime financeiro de repartição.
- 31 As técnicas de financiamento dos gastos previdenciários podem ser classificadas em regime de repartição simples (benefício definido), regime de capitalização (contribuição definida) e regime de repartição de capitais.
- 32 O trabalho informal é fenômeno evidente nas grandes metrópoles brasileiras e a inserção previdenciária das pessoas nessa situação é um dos fatores que desequilibram as contas da previdência social.
- 33 A Lei n.º 9.876/1999, ao restringir a concessão de aposentadorias com a aplicação do fator previdenciário, pode ter contribuído para o aumento de requerimentos de benefícios por incapacidade. Corrobora essa conclusão a evolução da quantidade de pedidos de auxílio-doença, que, no período de 1993 a 1999, manteve-se nos níveis históricos e, a partir de 2000, cresceu sensivelmente.

Considerando que um servidor do INSS necessite preparar uma apresentação utilizando computador e projetor multimídia, julgue o item abaixo.


- 34 O aplicativo PowerPoint 2003 pode ser utilizado para a preparação da referida apresentação, visto que esse *software* possui funcionalidades que auxiliam na preparação e na apresentação de palestras, além de ter funcionalidades que permitem a inclusão, na apresentação multimídia, de diversos efeitos visuais e sonoros.

Com relação ao Excel 2003, julgue o item a seguir.

- 35 Considere que, em uma planilha do Excel 2003, as células C2, C3 e C4 contêm, respectivamente, os números 238, 285 e 251, referentes a pagamentos de contas de luz de um usuário em três meses sucessivos. Nessa situação, para se calcular a média aritmética dos três valores e apresentar o resultado na célula C5, é suficiente realizar a seguinte sequência de ações: clicar a célula C5, digitar $= (C2 + C3 + C4)/3$ e, em seguida, teclar Enter.



Considerando a figura acima, que ilustra uma janela do Word 2003, com um documento em processo de edição, julgue os itens abaixo.

- 36 O ato de aplicar um clique simples entre a letra “s” da palavra “anos” e a vírgula à direita dessa palavra e, a seguir, acionar a tecla Backspace inserirá erro de concordância no texto mostrado.
- 37 Para se iniciar automaticamente o Internet Explorer e procurar, na Internet, informações sobre o filme **Uma Verdade Inconveniente**, referido acima, é suficiente selecionar esse título no texto e, a seguir, clicar .

Considerando a situação hipotética em que João deseja enviar a José e a Mário uma mensagem de correio eletrônico por meio do Outlook Express, julgue o item abaixo.

- 38 Caso João, antes de enviar a mensagem, inclua, no campo CC: do aplicativo usado para o envio da mensagem, o endereço de correio eletrônico de Mário, e, no campo Para:, o endereço eletrônico de José, então José e Mário receberão uma cópia da mensagem enviada por João, mas José não terá como saber que Mário recebeu uma cópia dessa mensagem.

Texto para os itens de 39 a 43

Entre os 34 milhões de jovens de 18 a 29 anos de idade domiciliados nas cidades brasileiras, 21,8% têm o curso fundamental incompleto e 2,4% são formalmente analfabetos, o que faz pensar em quantos o serão de fato. A incidência do analfabetismo e da evasão escolar difere entre estados e regiões. Esses jovens excluídos aparecem em maior proporção (35%) no Nordeste e menor (18%) no Sudeste.

Esse quadro tem causas mais profundas do que as imaginadas pelo senso comum. A necessidade de trabalhar e sustentar a família é o caso de 17% do 1,7 milhão de jovens entre 15 e 17 anos de idade que abandonaram os estudos; 44% dos que não estudam mais nessa faixa de idade também não trabalham. Ao justificar a razão pela qual abandonaram a escola, quatro em cada dez jovens disseram ter perdido o interesse ou a convicção de que a escolaridade os ajudaria a conquistar um bom emprego. Mesmo a gravidez entre adolescentes é vista como um elemento que dificulta a volta à escola, e não propriamente como a causa de abandono.

Folha de S.Paulo, 26/1/2008, p. A2 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial e considerando a abrangência do tema por ele focalizado, julgue os itens seguintes.

- 39 Depreende-se do texto que a universalização do acesso ao ensino fundamental, já praticamente conquistada pelo Brasil, não assegura, por si só, a permanência do aluno na escola nem garante o desempenho satisfatório em sua trajetória escolar.
- 40 Infere-se do texto que, com crescente intensidade, consolida-se, entre as camadas mais simples da população brasileira, a crença na educação como o meio lícito mais eficiente para se alcançar uma vida melhor, inclusive em termos materiais.

Com base nos dados apresentados no texto, julgue os itens a seguir.

- 41 Para além das conhecidas assimetrias no campo econômico, o texto indica que também na área educacional reproduz-se o quadro de desigualdade que acompanha a experiência histórica brasileira, inclusive, em termos regionais.
- 42 Os dados citados no texto comprovam ser a gravidez precoce o fator determinante e essencial para que adolescentes brasileiras engrossem as fileiras da evasão escolar, sobretudo no ensino médio.
- 43 Os números apresentados no texto reiteram a visão consensual de que a necessidade de trabalhar, inclusive para auxiliar na manutenção da família, é a razão preponderante para que os adolescentes e jovens brasileiros não permaneçam na escola.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da legislação previdenciária brasileira.

- 44 Pedro trabalha em empresa que, anualmente, paga a seus empregados participação nos lucros, de acordo com lei específica. Em fevereiro de 2008, Pedro recebeu, por participação nos lucros de sua empresa referentes ao ano que passou, o equivalente a 10% de sua remuneração no mês de dezembro de 2007, incluindo 13.º salário e férias. Nessa situação, o montante recebido a título de participação nos lucros integrará a base de cálculo do salário-de-contribuição de Pedro, deduzidos os valores referentes a 13.º salário e férias.
- 45 Germano, segurado especial do regime geral, contribui para o sistema na proporção do resultado da comercialização de sua produção. Nessa situação, Germano somente terá direito à aposentadoria por contribuição caso promova, pelo prazo legal, os devidos recolhimentos na qualidade de contribuinte individual.
- 46 Regina é servidora pública, titular de cargo efetivo municipal. Nessa situação, caso deseje melhorar sua renda quando chegar o momento de se aposentar, Regina poderá filiar-se ao regime geral da previdência social.
- 47 Sérgio, segurado aposentado do regime geral, voltou à atividade depois de conseguir um emprego de vendedor, tendo passado a recolher novamente para a previdência. Nessa situação, caso sofra acidente de qualquer natureza e fique afastado do trabalho, Sérgio deverá receber auxílio-doença.
- 48 Para fins de obtenção de salário-maternidade, Lúcia, segurada especial, comprovou o exercício de atividade rural, de forma descontínua, nos dez meses anteriores ao início do benefício. Nessa situação, Lúcia tem direito ao salário-maternidade no valor de um salário mínimo.
- 49 Antônio, segurado aposentado do regime geral, retornou ao trabalho, visto que pretendia aumentar seus rendimentos mensais. Trabalhando como vendedor, passou a recolher novamente para a previdência. Nessa situação, caso seja demitido injustamente do novo emprego, Antônio fará jus ao recebimento do seguro-desemprego cumulativamente à sua aposentadoria.
- 50 Lucas é beneficiário de aposentadoria especial em razão de ter trabalhado exposto a agentes nocivos durante um período que, de acordo com a lei pertinente, lhe garantiu o referido direito. Nessa situação, as despesas relativas ao pagamento da aposentadoria de Lucas devem ser custeadas com recursos arrecadados pela cobrança do seguro de acidente de trabalho.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

distribuição percentual da
população brasileira por faixa etária

faixa etária	2007	2050*
0 a 14 anos	27,5	17,7
15 a 24 anos	18,3	12,6
15 a 64 anos	66,1	63,5
60 anos ou mais	9,0	24,7
70 anos ou mais	4,0	13,2
80 anos ou mais	1,2	5,3

*estimativa

Fonte: IBGE

RASCUNHO

De acordo com dados do IBGE, em 2007, 6,4% da população brasileira tinha 65 anos de idade ou mais e, em 2050, essa parcela, que constitui o grupo de idosos, corresponderá a 18,8% da população. Com base nessas informações e nas apresentadas na tabela acima, julgue os itens seguintes.

- 51 Segundo o IBGE, em 2007, para cada idoso com 65 anos de idade ou mais, havia, em média, pelo menos, quatro crianças de 0 a 14 anos de idade. Em 2050, para cada idoso com 65 anos de idade ou mais, haverá, em média, no máximo, uma criança de 0 a 14 anos de idade.
- 52 Se, em 2050, três pessoas da população brasileira forem escolhidas ao acaso, a probabilidade de todas elas terem até 59 anos de idade é inferior a 0,4.
- 53 Considere-se que, em 2050, serão aleatoriamente selecionados três indivíduos, um após o outro, do grupo de pessoas que compõem a parcela da população brasileira com 15 anos de idade ou mais. Nessa situação, a probabilidade de que apenas o terceiro indivíduo escolhido tenha pelo menos 65 anos de idade será superior a 0,5 e inferior a 0,6.
- 54 Considere-se que os anos de idade estejam distribuídos de forma equiprovável na faixa de 15 a 18 anos. Nessa situação, a média e a mediana das idades nessa faixa serão ambas iguais a 16,5 anos.
- 55 A média de idade projetada para o ano 2050, no que se refere às pessoas em idade potencialmente ativa para o trabalho, é superior a 39,5 anos.

Julgue os itens seguintes, acerca de taxas de juros.

- 56 A taxa mensal de juros compostos que equivale à taxa semestral de juros compostos de 10% é dada por $[1,1^{\frac{1}{6}} - 1] \times 12$.
- 57 Se, em determinado ano, a inflação for igual a 20%, será mais atraente para um investidor fazer suas aplicações à taxa real de 10% do que à taxa aparente de 30%.

Com relação a orçamento público, julgue os itens subsequentes.

- 58** A chamada regra de ouro na Lei de Responsabilidade Fiscal, que já estava estabelecida na Constituição Federal, tem como finalidade limitar o endividamento dos entes da Federação, de modo que só possam ser contraídas novas dívidas se o seu produto financiar investimentos, isto é, se forem destinadas à reposição ou ao aumento dos ativos do respectivo ente.
- 59** De acordo com as classificações orçamentárias, o programa, que constitui o elo entre o plano plurianual e os orçamentos anuais, corresponde à articulação de um conjunto de ações, cujo resultado esperado é expresso por indicadores que permitem avaliar o desempenho da administração.
- 60** A tradicional classificação da despesa pública por elementos é um critério embasado no objeto do dispêndio. Com a adoção do orçamento-programa, a ênfase em sua concepção é transferida dos meios para os fins, priorizando-se a classificação funcional e a estrutura programática.

Julgue os próximos itens, relativos a licitação.

- 61** Considere que a administração tenha anulado licitação durante a execução do respectivo contrato administrativo. Nessa situação, há dever de indenizar o contratado na parte do contrato que este já houver executado.
- 62** Suponha que a União pretenda contratar organização social para o desenvolvimento de atividades contempladas em contrato de gestão. Nesse caso, haverá inexigibilidade de licitação.
- 63** Em razão de o INSS ser autarquia especial de intervenção no domínio econômico, nos aspectos de ingerência no setor privado, ele não se submeterá a procedimentos licitatórios.

O instituto de previdência privada IPP paga, no início de cada mês, a cada um de seus segurados, um auxílio — que pode ser auxílio-doença ou auxílio-maternidade — no valor de R\$ 500,00. Também no início de cada mês, o IPP concede 800 novos auxílios-doença e uma quantidade constante x de auxílios-maternidade. Para o pagamento desses auxílios, o IPP recorre a uma instituição financeira, tomando empréstimos à taxa de juros simples de 2,5% ao mês.

Com referência aos meses de janeiro, fevereiro e março do último ano, o IPP pagou R\$ 90.000,00 de juros à instituição financeira por conta dos empréstimos para pagamento desses novos auxílios.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens subsequentes.

- 64** A taxa de juros simples anual proporcional à taxa de juros cobrada pela referida instituição financeira é igual a 25%.
- 65** Com referência aos 3 meses considerados, a soma dos novos auxílios-doença pagos pelo IPP foi inferior a R\$ 2.000.000,00.
- 66** Com referência aos 3 meses considerados, o IPP destinou mais de R\$ 1.200.000,00 para pagar os novos auxílios-maternidade.

Julgue os próximos itens, relativos à seguridade social.

- 67** Considere-se que técnicos da secretaria de fazenda de determinado estado estejam preparando o orçamento para o próximo ano e peçam a José Carlos que elabore proposta para gastos em programas voltados para a promoção social. Considere ainda que José Carlos calcule que o estado deva aplicar R\$ 500.000,00 em programas desse tipo, correspondentes à parcela, estipulada em lei, da receita tributária líquida, estimada em R\$ 100 milhões. Nesse caso, a proposta de José Carlos é correta, pois os estados devem vincular 0,5% de sua receita tributária líquida a programas de apoio à inclusão e promoção social.
- 68** Considere que Marília, aposentada, e Lucília, pensionista do INSS, faziam planos para visitar familiares durante o mês de janeiro e, para avaliar sua disponibilidade de recursos financeiros, resolveram tomar a média dos valores dos benefícios que receberam durante o ano para calcular o valor da gratificação natalina que iriam receber. Nessa situação, Marília e Lucília escolheram um procedimento de cálculo errado, pois a gratificação natalina de aposentados e pensionistas tem por base o valor dos proventos do mês de dezembro de cada ano.
- 69** A seguridade social tem como objetivo o caráter democrático descentralizado da administração mediante gestão quadripartite, que envolve aposentados, trabalhadores, empregadores e representantes do governo nos órgãos colegiados.

Em relação a direitos políticos, cada um dos itens subsequentes apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada.

- 70** Jean Carlos nasceu na França, filho de pai brasileiro e mãe francesa, e, durante muitos anos, teve dupla cidadania. Em determinado momento, resolveu adotar unicamente a cidadania francesa e, para tanto, abriu mão da nacionalidade brasileira. Entretanto, atualmente, tendo resolvido voltar a viver no Brasil, Jean Carlos pretende candidatar-se a cargo eletivo. Nessa situação, ele não poderá fazê-lo, pois a perda da nacionalidade brasileira em razão da opção manifestada pelo indivíduo para aquisição da nacionalidade francesa traz como consequência a extinção dos direitos políticos no Brasil.
- 71** Antônio, servidor público, foi condenado por improbidade administrativa em decorrência de ato ilícito praticado no órgão em que estava lotado. Logo após a sentença transitada em julgado, Antônio candidatou-se a deputado estadual. Nessa situação, a candidatura de Antônio pode ser impugnada pois a condenação por improbidade administrativa implica suspensão temporária dos direitos políticos.
- 72** Um grupo que reúne lideranças comunitárias, empresários, estudantes e sindicalistas decidiu fundar partido político com atuação nacional. Concluída a elaboração dos documentos iniciais, representantes desse grupo dirigiram-se ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o objetivo de registrar os estatutos da nova agremiação para a organização dos diretórios regionais. Nessa situação, o registro no TSE ainda não pode ser efetivado, pois, de acordo com a Constituição Federal, o partido deve, primeiro, adquirir personalidade jurídica, no caso, de direito público.

Em 2007, Lúcio requereu aposentadoria por tempo de serviço perante o INSS por ter atingido a idade mínima exigida para o benefício e 35 anos de contribuição. O INSS indeferiu o requerimento porque não considerou o período trabalhado em XY Comércio Ltda., tempo de serviço reconhecido e anotado na carteira de trabalho de Lúcio por força de sentença trabalhista transitada em julgado. Ante tal indeferimento, o trabalhador solicitou ao INSS cópia do processo administrativo em que constava o indeferimento ou certidão circunstanciada de inteiro teor do processo, mas o servidor que o atendeu recusou-se a lhe fornecer a documentação solicitada.

Considerando essa situação hipotética, julgue os seguintes itens.

- 73** É direito de Lúcio o recebimento da certidão, que deve retratar fielmente os fatos ocorridos no processo de requerimento de aposentadoria.
- 74** Na hipótese em questão, Lúcio poderá impetrar mandado de segurança para obter a certidão.
- 75** Na situação descrita, Lúcio poderia ter seu pedido de aposentadoria atendido caso não obtivesse resposta nos 30 dias subsequentes ao requerimento, pois a omissão do INSS em responder a pleito de aposentadoria em período superior a 30 dias implica o deferimento da pretensão.

Com base nos conceitos gerais e no histórico da administração, julgue o item abaixo.

- 76** Os modelos de administração, organização e sociedade que emergiram da Revolução Industrial tiveram Marx como um de seus principais críticos, o qual exerceu forte influência sobre sindicatos e partidos políticos. Entre outros aspectos, Marx propunha, em contraposição ao poder dos capitalistas sobre o Estado, um modelo alternativo de gestão embasado na propriedade coletiva dos meios de produção.

A respeito de atos administrativos, julgue os itens a seguir.

- 77** A presunção de legitimidade do ato administrativo implica que cabe ao administrado o ônus da prova para desconstituir o referido ato.
- 78** O ato discricionário pode ser motivado após a sua edição.
- 79** O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo violador do princípio da legalidade administrativa.

A respeito de administração financeira, julgue o próximo item.

- 80** As decisões financeiras inerentes à atividade de uma empresa — de captação e aplicação de recursos — são interdependentes, pois a viabilidade dos negócios a longo prazo tem de assegurar aos capitais investidos na empresa remuneração superior ao retorno esperado pelos investimentos que ela realiza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Um dos métodos utilizados para realizar o orçamento dos custos envolvidos na construção civil é o da quantificação empregando composição de custo unitário. Nesse método, o produto a ser executado é decomposto em vários componentes, com quantificação da sua participação no produto final. Um exemplo dessa composição é mostrado na tabela seguinte.

código	componentes	und.	consumo	
			espessura da laje (cm)	
			e = 20	e = 25
			elemento de enchimento (cm)	
			16	20
			03415.8.2.1	03415.8.2.2
01270.0.19.1	carpinteiro	h	0,43	0,43
01270.0.25.1	armador	h	0,10	0,10
01270.0.40.1	pedreiro	h	0,30	0,30
01270.0.45.1	servente	h	1,30	1,40
02060.3.2.2	areia lavada do tipo média	m ³	0,0609	0,0775
02060.3.3.1	pedra britada 1	m ³	0,0138	0,0176
02060.3.3.2	pedra britada 2	m ³	0,0414	0,0527
02065.3.5.1	cimento <i>Portland</i> CP II-E-32 (resistência: 32,00 MPa)	kg	18,00	24,00
03210.3.2.1	barra de aço CA-50 1/4" (bitola: 6,30 mm / massa linear: 0,245 kg/m)	kg	1,24	1,24
03415.3.1.6	laje pré-fabricada treliça p/ piso ou cobertura c/ taxa de armadura (espessura: 200 mm / vão livre: 3,00 m / peso próprio: 280 kgf/m ² /sobrecarga: 150 kgf/m ² /armação da treliça: TR 16756 / altura eps: 160 mm)	m ²	1,00	–
03415.3.1.7	laje pré-fabricada treliça p/ piso ou cobertura c/ taxa de armadura (espessura: 250 mm / vão livre: 3,20 m / peso próprio: 315 kgf/m ² /sobrecarga: 150 kgf/m ² /armação da treliça: TR 20756 / altura eps: 200 mm)	m ²	–	1,00
05060.3.20.1	prego (tipo de prego: 19 x 33)	kg	0,02	0,02
06062.3.2.1	pontaleta 3.ª construção (seção transversal: 3 x 3")	m	1,01	1,01
06062.3.4.3	sarrafo 3.ª construção (seção transversal: 1 x 4")	m	0,74	0,74
06062.3.5.5	tábua 3.ª construção (seção transversal: 1 x 12")	m	0,33	0,33
**22300.9.2.5	betoneira elétrica, potência 2 HP (1,5 kW), capacidade 350 L – vida útil 5.000 h	h prod	0,0175	0,0210

TCPO 2003. Tabela de composição de preços para orçamentos. São Paulo: PINI, p. 108.

Considerando essas informações, julgue os itens seguintes.

- 81 O pagamento das horas de utilização de betoneira para execução de uma laje é computado como despesa indireta.
- 82 Para o emprego da tabela em apreço, considera-se que há proporcionalidade entre o custo total da produção da laje e a quantidade de laje produzida.
- 83 De acordo com as informações apresentadas, a espessura do elemento de enchimento é inferior à espessura da laje porque há previsão de revestimento superior com concreto.
- 84 Quanto maior for a espessura da laje, maior será o seu custo de mão-de-obra.
- 85 Areia lavada do tipo média é empregada para execução de elementos de enchimento.

Projetos estruturais utilizando concreto armado são muito frequentes em obras de edificações e têm definições bem detalhadas pelas normas brasileiras. A respeito desses projetos e seus detalhes, julgue os itens subseqüentes.

- 86** Para o cálculo de pilares estruturais de edifícios, é admitido o estudo das cargas verticais utilizando o modelo clássico de viga contínua, simplesmente apoiada nos pilares.
- 87** Uma das hipóteses básicas de cálculo das seções à flexão pura no estado limite último é a de que a deformação das barras da armadura passiva é a mesma do concreto no seu entorno.
- 88** Para o cálculo de vigas estruturais de edifícios, a largura mínima da seção transversal dessas vigas deve ser igual a 7 cm.
- 89** Para o cálculo de lajes retangulares, a espessura das lajes de um painel deve ser verificada para a condição de fluência dos estribos e de resistência da armadura negativa à compressão.

Considerando as normas e recomendações técnicas relativas à especificação de materiais e serviços normalmente empregados em edificações, julgue os itens seguintes.

- 90** Pedregulho com dimensões nominais mínima de 2 mm e máxima de 100 mm pode ser utilizado como agregado graúdo para concreto armado.
- 91** A classificação granulométrica para areia e brita a serem utilizadas como agregado de concreto é feita a partir da densidade dos grãos.
- 92** O cimento branco utilizado na confecção de mármore artificial é classificado como cimento *Portland* branco.
- 93** Argamassas de alta resistência para pisos são classificadas em função das solicitações de arraste de cargas e de tráfego de veículos.
- 94** Blocos de concreto para alvenaria são classificados exclusivamente como blocos com função estrutural.
- 95** Concreto ciclópico é constituído por concreto, estrutural ou não, com incorporação de pedra de mão ou amarrada.
- 96** Concreto auto-adensável, por sua característica de adensamento sem energia mecânica de vibração, não é utilizável em lajes ou pilares com função estrutural.
- 97** Fios e cabos condutores de eletricidade, quando não isolados, prescindem de identificação por cores para fases, neutro e retorno.
- 98** A execução de alvenaria com assentamento de tijolos maciços deve ser feita com junta de amarração, mantendo juntas verticais contínuas, com trespasse de arame estrutural.
- 99** A impermeabilização com membrana asfáltica é usualmente empregada para proteção contra a umidade do solo.
- 100** O emboço poderá ser sarrafeado, quando estiver prevista a aplicação posterior de reboco, ou desempenado, quando constituir a única camada de revestimento.

Projetos de instalações hidráulicas e sanitárias de edifícios devem atender a algumas especificações básicas, elaboradas para garantir o bom funcionamento dessas instalações. Acerca dessas especificações, julgue os itens a seguir.

- 101** A utilização de buchas metálicas nos tubos de cobre que passam através das paredes não é indicada.
- 102** Tubos de ferro fundido do tipo pressão-junta elástica devem ter ponta e bolsa.
- 103** As rosca previstas para os tubos de ferro galvanizado são as do tipo cônicas.

Um edifício alto foi concebido para ter estrutura metálica como sua estrutura principal, permitindo grande agilidade na etapa construtiva. Serão empregados perfis laminados estruturais, com previsão de montagem da estrutura na obra.

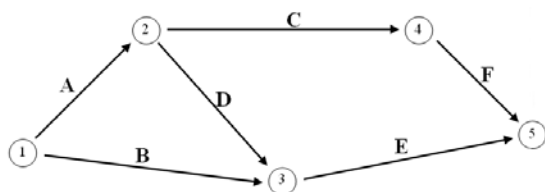
Acerca da situação acima proposta, considerando que essa opção construtiva deve ser acompanhada por cuidados específicos durante a execução da edificação, julgue os próximos itens.

- 104** Ao se armazenar a peça estrutural, deve-se deixar visível o peso da mesma, para não haver problemas no içamento.
- 105** Mesmo sendo empregados perfis pré-fabricados, o esmerilhamento é uma atividade com grande capacidade de acarretar acidentes.
- 106** Todo corte de perfis para ajuste de dimensão empregando maçarico oxiacetilênico deve ser feito na altura onde o perfil será fixado.
- 107** A utilização de solda que emprega arco voltaico dispensa que o equipamento de soldagem elétrica seja aterrado.

O orçamento público no Brasil, denominado de Orçamento Geral da União (OGU), inicia-se com um texto elaborado pelo Poder Executivo, que é entregue ao Poder Legislativo para discussão, aprovação e conversão em lei. A respeito de seu conteúdo e das diretrizes seguidas na sua elaboração, julgue os seguintes itens.

- 108** O Plano Plurianual (PPA) é uma das peças do OGU que, além de definir as metas e prioridades a serem executadas por programas de governo, contém diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- 109** O OGU deve agregar todas as receitas e as despesas de toda a administração direta e indireta dos três poderes e nenhuma instituição pública que receba recursos orçamentários ou gerencie recursos federais pode ficar de fora do OGU.
- 110** A receita e a despesa constantes no OGU, exceto os descontos constitucionais, a exemplo das transferências constitucionais, devem aparecer no OGU pelo valor total ou pelo valor bruto, sem deduções de nenhuma espécie.
- 111** O OGU pode conter autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, mas são vedadas autorizações globais, de modo que as despesas devem ser especificadas, no mínimo, por modalidade de aplicação.
- 112** Se, durante o exercício financeiro, houver necessidade de realização de despesas acima do limite que está previsto na Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo poderá editar decretos de contingenciamento.
- 113** Caso haja necessidade de contenção de gastos, é facultado ao Poder Executivo editar decretos com limites orçamentários e financeiros para os gastos abaixo dos limites autorizados pelo Congresso Nacional.

O resumo das atividades previstas para o primeiro período da construção de um edifício, cujo planejamento global inclui uma área total de construção igual a 5.000 m² distribuídos em um terreno com 40.000 m² de área, é apresentado na figura e na tabela seguintes.



atividades	nome	duração (unidades de tempo)
A	serviços iniciais	20
B	instalação provisória	30
C	escavação, aterro e reaterro	50
D	drenagem	20
E	fundações – estacas pré-fabricadas	30
F	fundações – estacas moldadas <i>in loco</i>	50

Tendo em vista esse resumo de atividades e sua composição usual nas obras de engenharia, julgue os itens que se seguem, relativos ao planejamento das atividades para acompanhamento da obra em questão.

- 114 A execução de fundações com estacas pré-fabricadas tem como evento de início o nó 3 e depende do término das atividades de instalação provisória e de drenagem.
- 115 A duração total do projeto com evento de início no nó 1 e com evento de término no nó 5 é de 60 unidades de tempo.
- 116 Durante o processo de execução do ensaio de sondagem para simples reconhecimento do solo, não está prevista a determinação do nível de água do lençol freático.
- 117 Na instalação provisória, o subsolo de edificação preexistente é lugar adequado para o alojamento do canteiro de obras.
- 118 Para efeito de escavação, a rocha com penetração mecânica inferior à do granito é considerada o material de segunda categoria.
- 119 Aterros com volumes superiores a 1.000 m³ devem ter, obrigatoriamente, controle tecnológico na sua execução.
- 120 Quando houver disponibilidade de solo expansivo como material para aterro, esse deve ser preferido a outros sem essa característica.
- 121 Canaletas a céu aberto para drenagem superficial devem ter declividade mínima de 1%.

Na construção ou na reforma de um prédio público, um aspecto essencial para garantir a qualidade e o sucesso da obra é a fiscalização, que envolve diversas atividades, tais como acompanhamento da execução de obras e serviços, controle de materiais, medições de serviços executados, emissão de notas fiscais, entre outras. Em relação a essas atividades, julgue os itens a seguir.

- 122 Na escavação de vala, o volume de material que deve ser transportado é igual ao volume medido (cubicado) no corte.
- 123 Em serviços de alvenaria, a área que deve ser considerada para medição é a área da parede externa menos a área dos vãos.
- 124 Na aplicação de azulejos, a quantificação da área referente ao serviço a ser executado é igual à área efetivamente aplicada menos a área dos vãos.
- 125 Os serviços realizados devem ser medidos mensalmente pelo responsável técnico da obra, registrados na anotação de responsabilidade técnica (ART) e encaminhados para a fiscalização, que deve verificar a concordância com o projeto e o cronograma da obra.
- 126 Para pagamento dos serviços executados, a empresa contratada deve encaminhar nota fiscal, acompanhada de boletim de medição, à unidade competente para a liberação dos respectivos valores.
- 127 A empresa contratada para a execução da obra deve elaborar o diário de obra (DO), cujo teor consiste no registro sistemático, objetivo, sintético e diário dos eventos ocorridos no âmbito da obra, bem como de comentários e observações pertinentes.
- 128 A ART e o DO devem ser elaborados pelos seus respectivos responsáveis, utilizando unicamente os formulários-padrão disponibilizados pelo conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia (CREA) da região onde a obra está sendo executada.
- 129 Para aceitação de um lote de argamassa industrializada para revestimento, deve-se, no ato da entrega no canteiro de obras, selecionar uma amostra de 10 sacos e realizar, *in loco*, os ensaios de qualidade, que devem ter resultado positivo para todos os sacos.
- 130 Um lote de lâmpadas que seja recebido no canteiro de obra deve passar pela inspeção de todos os dados das lâmpadas e pelo teste de funcionamento de toda a carga.
- 131 O controle de qualidade de telhas cerâmicas consiste na verificação do aspecto geral do lote, observando-se se as peças apresentam quebras, trincas e empenamento, verificação de dimensões e queima de uma amostra.

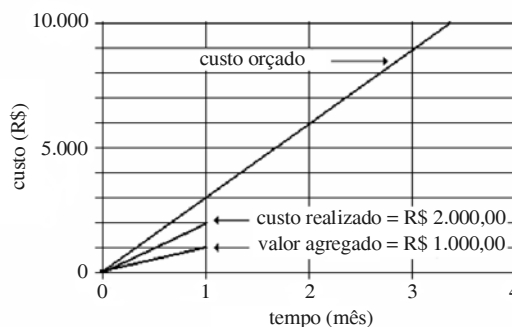
Um aspecto de primordial importância na elaboração ou na análise de editais de licitação é a observância das exigências impostas pela lei de licitações e contratos. Acerca desse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 132** Na avaliação de propostas em igualdade de condições, como critério de desempate, deve ser assegurada preferência aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas brasileiras; produzidos no exterior por empresas brasileiras; produzidos no país, nessa ordem.
- 133** Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações devem ter, como expressão monetária, a moeda corrente nacional, sem exceções.
- 134** A tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- 135** A licitação é dispensável nas compras de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, podendo as compras serem realizadas diretamente com base no preço do dia.
- 136** Para a habilitação nas licitações, é exigida dos interessados somente documentação relativa a habilitação jurídica, qualificação técnica e regularidade fiscal.
- 137** A administração pública não pode descumprir normas e condições do edital ao qual se acha estritamente vinculada, e apenas os licitantes e o Ministério Público são partes legítimas para impugnar edital de licitação por irregularidades.
- 138** Nas concorrências de âmbito internacional, o edital deve ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes.
- 139** Quando for adotada, nas licitações, a modalidade de execução de empreitada por preço global, a administração deverá fornecer, obrigatoriamente, junto com o edital, todos os elementos e informações necessários para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.
- 140** Os contratos administrativos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, as obrigações e as responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam; e a sua duração fica adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, sem exceções.

Solicitações de vistorias e avaliações de imóveis urbanos estão ligadas a inúmeras situações, como, por exemplo, desapropriações, sub-rogações, renovações de contratos de locação, ações judiciais, empréstimos bancários garantidos por hipotecas, taxações de impostos prediais ou territoriais, entre outros. O resultado das vistorias é apresentado na forma de laudos ou pareceres. A respeito da elaboração e do conteúdo dos laudos de inspeção predial, julgue os itens subseqüentes.

- 141** O laudo deve conter, obrigatoriamente, entre outras informações, a identificação do solicitante e do proprietário do imóvel.
- 142** A elaboração do laudo deve seguir rigorosamente o roteiro determinado pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), ou aquele estabelecido pelo Ministério Público, em casos de avaliações judiciais.
- 143** Pressupõe-se que a vistoria tenha sido feita na data que consta no final do laudo, mas, em caso contrário, a data em que foi feita a vistoria deve ser indicada no item correspondente à vistoria.
- 144** O laudo ou o parecer da avaliação somente pode ser executado por profissional habilitado e com registro no CREA.
- 145** O nível de precisão das avaliações é indicado de acordo com a classificação da norma, que estabelece três níveis: avaliação de precisão rigorosa, avaliação de precisão e avaliação expedita.

Ainda que a execução de uma obra tenha sido detalhadamente planejada, à medida que a obra evolui, irão surgir desvios dos planos, originados por erros, omissões ou modificações não-previstas. Assim, durante todo o ciclo de vida do projeto será necessário acompanhamento de sua execução e, nesse sentido, é frequente a utilização do método da análise do valor agregado (*earned value analysis*). Nesse contexto, considere-se o caso hipotético da construção de uma obra orçada em R\$ 10.000,00 e que tenha 3,4 meses de prazo de execução. A figura a seguir mostra o acompanhamento dessa obra.



Com base nesses dados, julgue os seguintes itens de acordo com o método mencionado.

- 146** No final do primeiro mês de atividade, o projeto apresenta uma economia de R\$ 1.000,00.
- 147** Em relação aos custos, até o final do primeiro mês foram executados apenas 50% do planejado.
- 148** Com base no desempenho até o primeiro mês, o projeto terá, quando concluído, um sobrecusto inferior a R\$ 1.000,00, desconsideradas as interferências no ritmo de sua execução.
- 149** Se forem mantidas as condições do primeiro mês de execução, o projeto não atrasará e será concluído em 3,4 meses.
- 150** O custo orçado apresenta variação linear ao longo do tempo, o que evidencia uma situação de inflação nula.